



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

LIGIANE NUNES DA SILVA SANTOS

**Políticas Públicas e a Evolução das Micro e Pequenas
Empresas de Palmas Tocantins no Período de 2007 a 2015**

PALMAS

2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

LIGIANE NUNES DA SILVA SANTOS

**Políticas Públicas e a Evolução das Micro e Pequenas
Empresas de Palmas Tocantins no Período de 2007 a 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de Título de Tecnólogo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal do Tocantins, *Campus* Palmas.

Orientador:

Prof. Mestre Joseane Ribeiro de Menezes Granja
Júnior

PALMAS

2018

Santos, Ligiane Nunes da Silva

Políticas Públicas e a Evolução da Micro e Pequenas Empresas no
Período de 2007 a 2015 / Ligiane Nunes da Silva Santos. – Palmas, 2018

58 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Tecnológica em Gestão Pública)
– Instituto Federal de Educação do Tocantins, Campus Palmas, 2018.

Orientador(a): Prof. Mestre Joseane Ribeiro de Menezes Granja Júnior

1. Políticas Públicas 2. Micro e Pequenas Empresas I. Título

LIGIANE NUNES DA SILVA SANTOS

Políticas Públicas e a Evolução das Micro e Pequenas Empresas de Palmas Tocantins no Período de 2007 a 2015

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para obtenção de Título de Tecnólogo do
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do
Instituto Federal do Tocantins, *Campus Palmas*.

Aprovado em: __ / __ / ____

BANCA AVALIADORA

Mestre Joseane Ribeiro de Menezes Granja Júnior (Orientador)

IFTO – Campus Palmas

Mestre Clauber Rosanova

IFTO – Campus Palmas

Mestre Leonardo Brasil Carvalho

IFTO – Campus Palmas

Dedico aos meus pais e ao meu esposo que foram grandes incentivadores e que
sempre acreditaram nos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Ao meu orientador, Professor Mestre Joseane Ribeiro de Menezes Granja Júnior, pelo apoio e dedicação.

Ao meu esposo pelo companheirismo e incentivo para que não desistisse na primeira dificuldade.

A minha família que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Com sabedoria se constrói a casa,
e com discernimento se consolida. Pelo conhecimento
os seus cômodos se enchem
do que é precioso e agradável.

Provérbios 24:3-4

RESUMO

As micro e pequenas empresas têm um papel fundamental para a economia brasileira, chegam a 98% dos empreendimentos e geram a maior parte dos empregos formais. No Tocantins, mais precisamente em sua capital Palmas o número de MPE's, cresce aos mesmos passos que o nível nacional. Devido ao constante crescimento de tais empreendimentos houve a necessidade, por parte do governo, de elaborar políticas públicas para os mesmos, para que pudessem se manter no mercado, e se formalizarem, pois, a existência de empresas informais é um fator ocasionado pelos altos custos e pela alta burocracia. Existem programas que disponibilizam créditos e capacitação para os indivíduos que têm o interesse em se tornar empreendedores. Em Palmas, as micro e pequenas são importantes para que haja o desenvolvimento, por ser uma capital nova, por gerar oportunidades de emprego e renda. O ponto de partida para a realização da pesquisa foi a Lei Complementar 128 de dezembro de 2008, que institui a figura do MEI (Microempreendedor Individual).

Palavras-chave: Microempreendedor, Políticas Públicas, Palmas – TO.

ABSTRACT

Micro and small enterprises have a fundamental role for the Brazilian economy, they reach 98% of the enterprises and generate most formal jobs. In Tocantins, more precisely in its capitals Palmas the number of MPE's, grows at the same steps as the national level. Due to the constant growth of such enterprises, there was a need on the part of the government to elaborate public policies for them so that they could remain in the market, and to formalize, therefore, the existence of informal enterprises is a factor caused by the high costs and high bureaucracy. There are programs that provide credit and training for individuals who have an interest in becoming entrepreneurs. In Palmas, micro and small enterprises are important for development, as a new capital, to generate employment and income opportunities. The starting point for the research was the Complementary Law 128 of December 2008, which establishes the figure of the MEI (Individual Microentrepreneur).

Key words: Microentrepreneur, Public Policies, Palmas - TO.

Lista de Figuras

Figura 1 - Características Geográficas e Populacional para 2015	23
Figura 2 - Mapa de Palmas – TO	24
Figura 3 – Processo Start-Up Brasil	40
Figura 4 – Números de Empresas em Palmas - TO.....	45
Figura 5 – Admissões/ Desligamentos em Palmas - TO	46
Figura 6 – Admissões por setor de atividade em Palmas – TO.....	47
Figura 7 – Desligamentos por setor de atividade em Palmas -TO	47
Figura 8 – Empregos Gerados em Palmas – TO	48
Figura 9 – Empresas Optantes no SIMEI Palmas – TO	49
Figura 10 – Micro e pequenas empresas optantes pelo SIMEI em Palmas – TO	49
Figura 11 – MPE's optantes pelo SIMEI por setor em Palmas – TO.....	50
Figura 12 – Receitas e Despesas de Palmas – TO.....	51
Figura 13 – Impostos Sobre Serviço de Palmas – TO	51

Lista de Tabelas

Tabela 1 – RHAЕ – Pesquisador na Empresa Nível Nacional	37
Tabela 2 – Execução Histórica Consolidada do PNMPO – 2008 a 2015	38
Tabela 3 – Valores Concedidos pelo Banco do Povo de Palmas – TO.....	44
Tabela 4 – Pessoas Atendidas Pelo Banco do Povo de Palmas – TO.....	44
Tabela 5 – Empresas em Palmas – TO em 2014.....	45

Lista de Quadros

Quadro 1 – Startups Aceleradas InovAtiva Brasil.....	41
---	-----------

Lista de Siglas

BEM	Banco do Empreendedor do Tocantins
CAGED	Cadastro de Empregados e Desempregados
CERTI	Centros e Referência em Tecnologia Inovadoras
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
C, T & I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DOE	Diário Oficial do Estado
EUA	Estados Unidos da América
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JUCETINS	Junta Comercial do Estado do Tocantins
MEI	Microempreendedor Individual
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MP	Medida Provisória
MPE'S	Micro e Pequenas Empresas
PROGEX	Programa de Apoio Tecnológico à Exportação
PNMPO	Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado
RHAE	Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas

SCO	Sociedade Civil Organizada
SEBRAE	Serviço Brasileiro de apoios às micro e pequenas empresas
SIMEI	Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais do Tributos do Simples Nacional
SOFTEX	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 OBJETIVOS	19
1.1.1 Objetivo Geral	19
1.1.2 Objetivos Específicos.....	19
2. METODOLOGIA, MÉTODOS E FERRAMENTAS.....	20
3. REFERÊNCIAS E DEFINIÇÕES TEÓRICAS	22
3.1 Caracterização de Palmas.....	22
3.2 Empreendedorismo	24
3.2.1 Origem do Empreendedorismo.....	24
3.2.2 Conceitos e Definições de Empreendedorismo	25
3.2.3 Empreendedorismo no Brasil	27
3.3 Desenvolvimento	28
3.4 Empreendedorismo e Desenvolvimento	30
3.5 Políticas Públicas.....	33
3.5.1 Políticas Públicas: Surgimento e Conceitos.....	33
4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	35
4.1 Programas de Incentivo/Apoio ao Empreendedorismo.....	36
4.1.1 Realização dos Programas Federais de Incentivo/Apoio Empreendedorismo em Palmas – TO	41
4.2 Programas de apoio/incentivo ao Empreendedorismo no Tocantins	42
4.3 Programas de Apoio/Incentivo da Prefeitura Municipal para a cidade de Palmas.	43
4.4 Demonstração dos Dados Obtidos	44
5. CONCLUSÃO	52
6. REFERÊNCIAS	53

1. INTRODUÇÃO

As Micro e Pequenas empresas são de grande importância para a economia brasileira, e grandes responsáveis pela geração de empregos formais. Empreendimentos de tal categoria gera riquezas para o comércio, o PIB destes chegam a 53,4%, de acordo com os dados do SEBRAE (2014). Em Palmas, as microempresas representam 69,83% dos empreendimentos existentes na cidade, já os pequenos 7,61%, GOMES (2011, apud JUCETINS, 2010).

Com o crescimento das MPE's e a sua importância para a atividade econômica, e para o desenvolvimento da cidade, o Governo sentiu a necessidade de desenvolver políticas públicas para tais empreendimentos, outra razão é o grande número de empreendimentos informais existentes no Brasil.

Na Capital do Tocantins o número de micro e pequenas empresas no período de 2010 a 2015 foi bastante significativo, sendo 2.798 e 12.574 ainda mais depois da criação da categoria MEI (Microempreendedor Individual), de acordo com o Portal do Empreendedor. MEI são indivíduos que trabalham por conta própria e possuam receita bruta anual de até 36 mil reais e que estejam em fase de formalização (LORGA, e OPUSZKA 2013).

Resultante do desmembramento do Estado de Goiás pela Constituição de 1988, Palmas foi fundada em 20 de maio de 1989. Foi instalada como capital em 1º de janeiro de 1990 e os poderes constituídos foram transferidos da capital provisória, Miracema do Tocantins, pois não havia ainda prédios públicos para ocupar.

Palmas é uma cidade planejada tendo o status de Capital do Estado. Está localizada na região central, à margem do rio Tocantins. Sua instituição como capital foi determinada através da lei Estadual nº. 70, de 26 de julho de 1989, sua área territorial corresponde a 2.218,943 km², desmembrada do Município de Porto Nacional e Taquaruçu do Porto. A categoria de capital estadual foi referenda pela primeira constituição Estadual, no seu artigo 12. E atualmente segundo estimativas do IBGE a população atual aproximada é de 286.787 habitantes (IBGE, 2017).

Construída como um centro administrativo, Palmas tem sua economia voltada para o setor de serviços, que é o mais desenvolvido em relação aos demais setores da economia palmense.

A cidade foi projetada, investida de modernidade, e ambientada em uma filosofia ecológica e humanística, onde o homem poderá conviver em harmonia com a natureza, respeitando o seu meio ambiente.

Por ser uma cidade relativamente nova com apenas 29 anos e por ser a última a ser planejada com status de capital do estado do Tocantins, o desenvolvimento desta passa necessariamente pelas oportunidades que podem ser geradas em emprego em renda, e neste caso as micro e pequenas empresas desempenham papel fundamental para este desenvolvimento.

O presente trabalho tem como principal objetivo a caracterização da importância das políticas públicas para a evolução das micros e pequenas empresas em Palmas - TO no período de 2007 a 2015.

As políticas públicas são as ações, metas e planos que os governos, de todas as esferas, formulam para proporcionar a sociedade o bem-estar. Os governantes tomam suas decisões com base naquilo que entendem ser a demanda que a população necessita, isso ocorre devido a sociedade não conseguir se expressar de forma ativa (SEBRAE/MG, 2008).

Este trabalho tem como ponto de partida a Lei Complementar 128/2008 que entrou em vigência em 2009, esta lei criou a figura do Microempreendedor Individual, onde disponibilizou facilidades a estes, mas devem obedecer a critérios estabelecidos pela legislação, como aqui já citado a receita bruta anual deve ser de até R\$ 36.000,00, não pode realizar cessão ou locação de mão de obra e deve conter apenas um empregado com renda de um salário mínimo (RUBIO, 2009).

A pesquisa em questão, justifica-se a partir do fato de que as micros e pequenas empresas têm crescido por todo o país, e desempenhado um papel importante para a economia, pois são responsáveis pela maior parte da geração de empregos formais. Segundo o SEBRAE (2013) no Brasil as micros e pequenas empresas chegam a 98% e são responsáveis por 2/3 da geração de empregos.

Empreendimentos dessa categoria são as principais fontes de riqueza, no comércio representam 53,4% do PIB, no setor da indústria as MPE's o PIB chega a 22,5%, com isso já está se aproximando das médias empresas que representam 24,5%. No setor de Serviços 36,3% são originários de pequenos negócios, isso em âmbito nacional (SEBRAE, 2014).

No Tocantins as MPE's, crescem nos mesmos passos que no nível nacional, esse crescimento despertou no governo a necessidade de criar políticas públicas para estas, políticas que fornecem facilidades para sua manutenção no mercado, principalmente para as que ainda continuam trabalhando de maneira informal. A informalidade de empresas é um fato decorrente da alta burocracia e também há a questão financeira, pois, a carga tributária possuía um valor elevado, impossibilitando os proprietários a registrarem sua empresa (SILVEIRA, et al. 2014).

Há outros fatores que desestimulam um novo empreendedor, a se formalizar como por exemplo, os altos custos de legalização, a falta de informações e valor dos impostos, que tornam cada vez mais impossível a formalização de seu empreendimento. A partir desses fatores, o governo sentiu a necessidade de formular, elaborar políticas públicas para as MPE's.

As MPE's são importantes para a diminuição da desigualdade social, sendo uma das principais fontes de geração de emprego no país, este fator demonstra a capacidade de crescimento, relacionados ao espírito empreendedor da população (NEVES, 2013).

Segundo Silveira et al. (2014), "as políticas públicas são fundamentais ao desenvolvimento ao serem formuladas ou concebidas o que acarreta ganhos sociais e econômicos entre as partes envolvidas".

A escolha pelo tema, Políticas Públicas e a Evolução das Micro e Pequenas de Palmas Tocantins no Período de 2007 a 2015, partiu da necessidade de identificar quais as políticas públicas municipais que influenciaram na criação de novos empreendimentos na capital do estado, em um determinado período.

Através de pesquisas foi observado que não existem estudos direcionados para o tema em questão no estado do Tocantins, mais precisamente na capital Palmas.

Diante disto, levanta-se a seguinte questão: Como as políticas públicas para as micro e pequenas empresas influenciaram a evolução destas em Palmas – TO, ocorrido no período de 2007 a 2015?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

- Caracterizar a importância das políticas públicas para a evolução das micros e pequenas empresas em Palmas - TO no período de 2007 a 2015.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Descrever as políticas públicas voltadas para às micro e pequenas empresas no período de 2007 a 2015;
- Verificar aplicação das políticas públicas para às micro e pequenas empresas em Palmas – TO entre 2007 e 2015;
- Analisar a influência das políticas públicas para a evolução das micro e pequenas empresas em Palmas - TO no período de 2007 a 2015.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma:

Metodologia, métodos e ferramentas – Descreve a maneira na qual foi realizada a pesquisa, quais os procedimentos utilizados para se alcançar os resultados.

Referências e definições teóricas – Aborda conceitos teóricos sobre empreendedorismo, desenvolvimento e políticas públicas e também a caracterização de Palmas – TO.

E por fim apresentação dos dados: análise e discussão dos resultados – Resultados obtidos com a realização da pesquisa.

2. METODOLOGIA, MÉTODOS E FERRAMENTAS

Os métodos utilizados durante o desenvolvimento de uma pesquisa são de fundamental importância para o correto desenvolvimento do trabalho, tanto na aplicação das ferramentas bem como na análise dos dados e teorias abordadas. Logo, o método científico quando corretamente aplicado, busca encontrar as respostas necessárias para os questionamentos feitos durante a problematização realizada. Segundo Bruyne:

A metodologia é a lógica dos procedimentos científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento, não se reduz, portanto, a uma metrologia ou tecnologia da medida dos fatos científicos. Para ser fiel a suas promessas, uma metodologia deve abordar as ciências sob o ângulo do produto delas - como resultado em forma de conhecimento científico - mas também como processo - como gênese desse próprio conhecimento. (BRUYNE et al., 1977, p.29).

A pesquisa classifica-se como descritiva e exploratória. Segundo Gil (2008), este destaca que a pesquisa descritiva permite olhar uma determinada realidade, comumente conhecida, por novos aspectos e a partir desta, descobrir associações entre as variáveis já exploradas ou as ainda inexploradas. Assim sendo, a pesquisa descritiva será necessária para que os objetivos específicos deste projeto sejam satisfeitos, pois para avaliar o impacto das políticas públicas na evolução das micro e pequenas empresas será necessária a análise das variáveis. É descritiva também porque expõe características sobre temas como empreendedorismo, desenvolvimento e políticas públicas.

Dentro deste contexto, observa-se que a quantidade de trabalhos científicos que explora a evolução das micro e pequenas empresas em Palmas são escassos. Desta forma a utilização da pesquisa exploratória se faz fundamental. Segundo Boente e Braga (2004, p 10) “é toda pesquisa que busca explorar, investigar um fato, fenômeno ou novo conhecimento sobre o qual ainda se tem pouca informação”. Vale salientar que há diversos trabalhos técnicos realizados por instituições como o SEBRAE e o JUCETINS, entretanto estes saem do caráter acadêmico aqui explorado.

Destarte a pesquisa exploratória se faz necessária para que juntamente com a pesquisa descritiva a pesquisa tenha característica que permitam identificar os

fatores deste desenvolvimento. Outro método aqui utilizado de forma ampla é a pesquisa bibliográfica orientada para o levantamento de autores e publicações eletrônicas, como livros, artigos científicos, e páginas de web sites. Quando a pesquisa bibliográfica é somada a outro tipo de pesquisa, constituem uma base teórica para a elaboração de um trabalho científico, abrange toda a bibliografia já publicada em relação ao tema em questão. (FONSECA, 2009, p. 21).

Por último será utilizada a pesquisa documental, será realizada através da análise de materiais escritos e estatísticos sobre o assunto em questão.

Na abordagem dos dados utilizados nesta pesquisa, temos instituições públicas e privadas como: CAGED, DataSebrae, IBGE, Portal do Empreendedor e Firjan.

O CAGED (Cadastro de Empregados e Desempregados), foi criado para conter o registro dos trabalhadores, suas admissões e demissões, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). É utilizado para conferir dados referente ao Seguro-desemprego e também de outros programas sociais. O CAGED, serve ainda para elaboração de pesquisas, projetos e programas relacionados ao mercado de trabalho. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2015).

DataSebrae é uma plataforma de apoio à inteligência com foco nos pequenos negócios, apresenta dados e análises visando responder as dúvidas vindas daqueles que contribuem para o desenvolvimento do empreendedorismo. (DATASEBRAE, 2018).

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), é o provedor de dados e informações referentes a todo o Brasil, nele pode-se encontrar informações estatísticas, geográficas, ambientais, entre outras, de todos os estados brasileiros. O IBGE é uma entidade de administração pública federal, com vínculo ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. (IBGE, 2018).

Portal do Empreendedor, foi criado pelo Governo Federal em 2009, para facilitar a formalização do microempreendedor Individual, tirar suas dúvidas e também para que possam cumprir suas obrigações fiscais e se capacitarem para

desenvolverem suas atividades empresariais. (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2018).

O Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), é uma organização privada sem fins lucrativos que promove que as empresas trabalhem competitivamente.

3. REFERÊNCIAS E DEFINIÇÕES TEÓRICAS

3.1 Caracterização de Palmas.

Historicamente a cidade de Palmas, capital do Tocantins, foi arquitetada com o propósito de ser uma cidade completamente planejada. Mas por mais planejamento que seja feito, na realidade nem tudo ocorre como deveria. O desenvolvimento em suas diversas peculiaridades demonstra que mesmo num esforço Herculano de seus gestores para o correto crescimento seguindo todo o ordenamento urbano se depara com uma variável imprevisível "o comportamento humano" que influencia todo o desenvolvimento, crescimento e ordenamento e planejamento urbano.

Resultante de uma luta histórica que ocasionou no desmembramento do Estado de Goiás pela Constituição de 1988, foi implantada em 20 de maio de 1989, com a construção da cidade planejada, a qual foi estabelecida como capital em 1º de janeiro de 1990. Porém os poderes constituídos foram transferidos da capital provisória, Miracema do Tocantins, pois não havia na cidade prédios públicos e infraestrutura local.



Figura 1 - Características Geográficas e Populacional para 2015

Fonte: Extraído do site do IBGE

Com a implantação prevista para 1995 e com uma população de aproximadamente de 100.000 habitantes, a construção da cidade foi realizada por etapas e de forma rápida. A cidade de Palmas está localizada a margem direita do rio Tocantins, possui uma área de 2.218,943 km², esse município poderá comportar uma população de cerca de dois milhões e meio de habitantes, quando este atingir características metropolitanas.

Possui como atrativos turísticos o rio Tocantins, a serra do Lajeado e as cachoeiras do entorno e o distrito de Taquaruçu, Palmas tem como característica o planejamento urbano e as belezas naturais que tornam a cidade um modelo único que une a modernidade e meio-ambiente desta forma melhorando a qualidade de vida de seus habitantes.

A construção da cidade foi concebida totalmente do zero, as políticas de desenvolvimento adotadas podem ser classificadas como de caráter keynesiano pela grande intervenção estatal desde o lançamento da pedra fundamental em 20 de maio de 1989, onde ocorreu um incentivo ao processo de migração que aumentou o fluxo de outros estados. Segundo Silva a intervenção do Estado na construção da cidade de Palmas foi de grande importância, cidade que ao ser idealizada surgiu no meio do cerrado. Para Silva “Palmas, cujo assentamento da pedra fundamental foi realizado

no dia 20 de maio de 1989, caracteriza-se como uma cidade planejada que vertiginosamente “apareceu” no meio do cerrado.” (SILVA, p. 17, 2010).

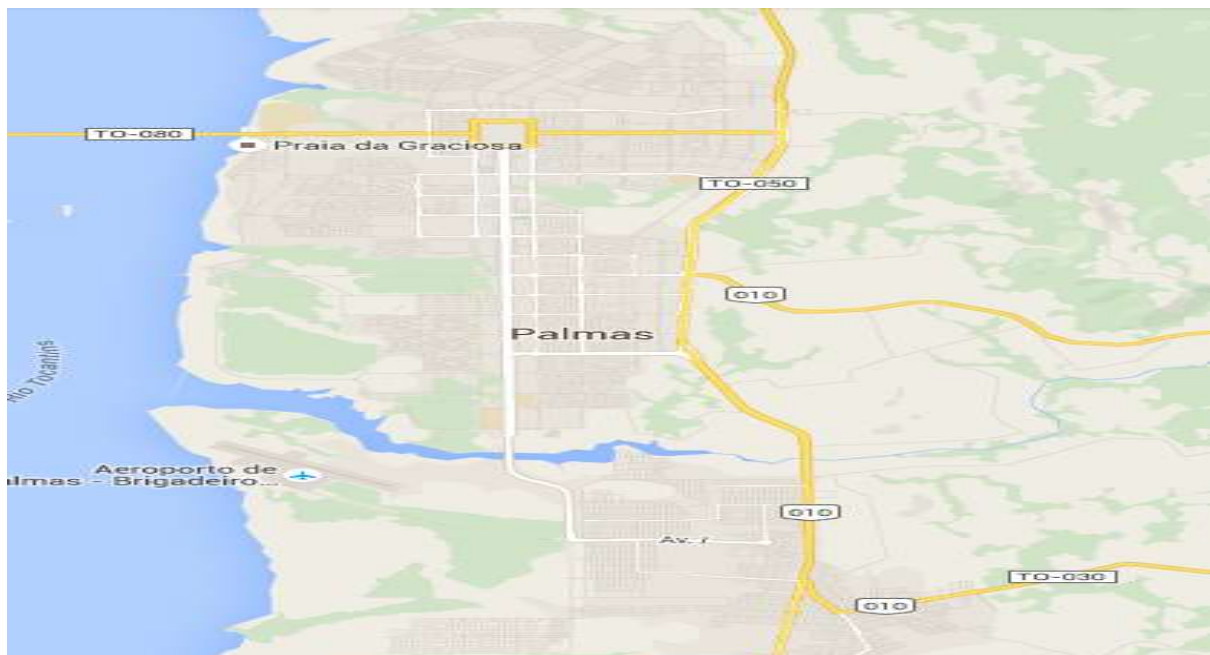


Figura 2 - Mapa de Palmas – TO 2016

Fonte: Extraído do site da prefeitura de Palmas Tocantins

3.2 Empreendedorismo

3.2.1 Origem do Empreendedorismo

O termo empreendedorismo possui em sua origem a denominação de uma função exercida em tempos de guerra por determinados indivíduos que possuíam a responsabilidade de liderança e coordenar em campo as operações militares. Observa-se a importância deste cargo uma vez que essa coordenação pode representar um resultado entre a vitória e a derrota em uma batalha. Segundo Verin apud Filion (1999):

A origem do termo empreendedorismo está ligada ao desenvolvimento da palavra francesa “entre-preneur”, que data da Idade Média e referia-se à pessoa que detinha a responsabilidade de coordenação de uma operação militar” (VERIN, 1982 apud FILION, 1999).

De acordo com Dornelas (2005), o primeiro a definir o termo empreendedorismo foi Marco Polo ele definia o empreendedor como o indivíduo que assume riscos de maneira ativa, tanto físicas e emocionais, já o capitalista é definido como aquele que assume os riscos de forma passiva, ou seja, não participa

diretamente do processo. A relação entre o empreendedorismo e a questão de assumir riscos surgiu a partir do século XVII, mas somente a partir do século XVIII, que o empreendedor foi diferenciado do capitalista, período no qual se iniciava a industrialização.

O termo empreendedor era utilizado na Idade Média para caracterizar indivíduos que estavam à frente de projetos de produção relativamente grandes, mais essas pessoas não se responsabilizavam pelos riscos que pudessem acontecer durante a realização de todo o processo produtivo, apenas determinavam as tarefas a serem realizadas, com os recursos que na maioria das vezes eram disponibilizados pelo governo. De acordo com Cruz (2005):

Na Idade Média, o termo empreendedor foi utilizado para aquele que gerenciava grandes projetos de produção. Sendo que este não assumia grandes riscos, apenas gerenciava os projetos através da utilização dos recursos disponíveis, quase sempre oriundos do governo em questão. Um típico empreendedor da Idade Média era o clérigo – pessoa encarregada de obras arquitetônicas, como castelos e fortificações, prédios públicos, abadias e catedrais. (CRUZ, 2005, p. 22).

3.2.2 Conceitos e Definições de Empreendedorismo

Dolabela (1999), define o empreendedorismo como “fruto dos hábitos, práticas e valores das pessoas”, ele diz que existem famílias que podem ser mais empreendedoras que outras, e também pode acontecer com as cidades, regiões e países. No ponto de vista do autor, o indivíduo aprende a ser empreendedor a partir do momento em que ele convive com outros empreendedores, onde ele possa aprender através das experiências de terceiros.

O economista Say (1803) caracterizou o empreendedor como sendo uma pessoa que repassa seus recursos econômicos de uma atividade produtiva que possua um índice de produção a baixo do esperado, para outra que tenha a produtividade maior, tendo assim um maior rendimento de sua produção. De acordo com Soares, D.J et. al apud Muniz, (2008):

Em 1803, o economista francês Say descreveu o empreendedor como sendo um cidadão que “transfere recursos econômicos de um setor de produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada e de maior rendimento”, uma pessoa de visão, capaz de obter lucro a partir das oportunidades vislumbradas e assumindo os riscos do negócio. (SOARES, D.J et. al, 2007 apud MUNIZ, p.12, 2008).

Uma arte de aproveitar as oportunidades do mercado com criatividade e motivação, assim pode ser entendido o empreendedorismo, onde é possível realizar projetos tanto pessoal ou organizacional com determinação e buscando a inovação, enfrentado os riscos da melhor maneira possível. Segundo Baggio et al (p.26, 2014), “consiste no prazer de realizar com sinergismo e inovação qualquer projeto pessoal ou organizacional, em desafio permanente às oportunidades e riscos”.

Conforme Oliveira (1995):

Entrepreneur é alguém que "faz novas combinações de elementos, introduzindo novos produtos ou processos, identificando novos mercados de exportação ou fontes de suprimento, criando novos tipos de organização". Essa definição ainda hoje é, com poucas variações, a parecer melhor aplicar-se. Schumpeter, no entanto, interessava-se mais em descrever o "esforço empreendedor" que havia sido necessário para criar as grandes ferrovias ou a indústria química, para a exploração comercial das colônias ou para o aparecimento da empresa multinacional e multidivisional, praticamente ignorando o potencial empreendedor muito mais disseminado, presente na formação de milhares e milhares de novas e pequenas firmas como se pensa hoje. (OLIVEIRA, 1995, p. 18).

Como visto na citação anterior, o empreendedor é o indivíduo que se utiliza de novos elementos, para a criação de novos produtos ou processos, fazendo o reconhecimento de novos mercados para a exportação dos seus produtos, criando assim organizações. Já o autor Schumpeter estava preocupado em definir o esforço do empreendedor para construir grandes ferrovias, grandes indústrias químicas para a exploração de colônias e/ou aparecimento da empresa multinacional e multidivisional.

Como o passar do tempo a definição de empreendedor tem evoluído, ao mesmo passo que a estrutura econômica. Desde a Idade Média, quando o termo empreendedor era utilizado para referir a ocupações específicas, a noção do empreendedor passou por mudanças, onde foram incluídos conceitos que se referiam as pessoas e não as ocupações como no princípio. A criação de novos empreendimentos possibilitou o desenvolvimento de critérios como os riscos, a inovação e a criação de riqueza. O empreendedorismo, é definido como o processo que cria algo novo, assumindo todos os riscos possíveis e recebendo as recompensas pelo seu trabalho. (PETERS; HISRISH, 2002, p. 53).

O empreendedorismo é mais visto como um fenômeno individual, do que social, onde o individual está relacionado, ao fato de um indivíduo abrir uma empresa aproveitando as oportunidades que surgem no mercado, ou por sentir a necessidade de ter seu próprio empreendimento, ou ainda por questão de sobrevivência. Já o social está relacionado com o indivíduo ou a comunidade ter a capacidade de resolver problemas e construir um futuro melhor para si. Para Zarpellon, apud Baggio, et al, (2014):

O empreendedorismo é visto mais como um fenômeno individual, ligado à criação de empresas, quer através de aproveitamento de uma oportunidade ou simplesmente por necessidade de sobrevivência, do que também um fenômeno social que pode levar o indivíduo ou uma comunidade a desenvolver capacidades de solucionar problemas e de buscar a construção do próprio futuro, isto é, de gerar Capital Social e Capital Humano (ZARPELLON, 2010 apud BAGGIO, et al, p.28, 2014).

Nota-se como visto anteriormente que o economista Schumpeter, com suas obras teve grande importância para a conceituação do empreendedorismo, ele descreve o empreendedor como um agente de mudanças, e utiliza o termo “destruição criadora”. O empreendedor é capaz de trazer mudanças significativas para mercado se utilizando da inovação, como um meio de se alcançar o sucesso, usando suas habilidades e determinação.

3.2.3 Empreendedorismo no Brasil

No Brasil o empreendedorismo começa a se desenvolver a partir da década de 90, quando o mercado interno se abre para a importação, com isso muitas empresas sentiram a necessidade de se adequar as mudanças. Segundo Oliveira (2012) o empreendedorismo no Brasil, só começou a se desenvolver nos anos 90, com a abertura do mercado interno para as importações; na qual as empresas nacionais tiveram que se adaptar à modernização[...].

No mesmo ano foram criadas entidades que disponibilizaram ajuda a pessoas que queriam abrir um negócio, Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas) e Softex (Sociedade Brasileira para Exportação de Software), antes da criação destas nas cidades brasileiras não se falava em criar pequenos empreendimentos, devido a situação política e econômica do país na época. (DORNELAS, 2005 apud FATTURI, p.11, 2013).

O SEBRAE tem o papel de auxiliar aos pequenos empresários que querem abrir seu empreendimento e fazer o acompanhamento destes. A SOFTEX foi criada para as empresas de software que querem ampliar os seus empreendimentos através da exportação. De acordo com Oliveira 2012:

O SEBRAE é amplamente difundido entre os pequenos empresários brasileiros, com finalidade de informar e dar suporte necessário para a abertura de uma empresa, bem como acompanhar através de consultorias seu andamento, solucionando pequenos problemas do negócio. Já a SOFTEX foi criada para ampliar o mercado das empresas de software através da exportação e incentivar a produção nacional, para isso foram desenvolvidos projetos para a capacitação em gestão e tecnologia dos empresários de informática. A SOFTEX é responsável por deslançar o desenvolvimento de tecnologias nacionais, ela conseguiu através de seus programas, abraçar no país termos como plano de negócios (business plan) que até então era pouco explorado pelos empresários. (OLIVEIRA, 2012).

3.3 Desenvolvimento

No passado, o desenvolvimento econômico tinha seu conceito relacionado apenas com o aumento dos bens e serviços, mais tarde este conceito foi substituído por outro que indica as mudanças ocorrentes na sociedade, onde faz a ligação entre o aumento dos bens e serviços ao suprimento das necessidades humanas. De acordo com Furtado apud Santos (2011):

[...] as primeiras ideias sobre desenvolvimento econômico que definiam este como um mero aumento do fluxo de bens e serviços, foram progressivamente substituídas por ideias que faziam referência as transformações do conjunto de uma sociedade, ligando este fluxo de bens e serviços à satisfação das necessidades humanas. (FURTADO, 2000 apud SANTOS, p.14, 2011).

A discussão teórica sobre a definição do desenvolvimento, surgiu após os anos 60, quando foi possível observar que o crescimento econômico não tinha relação com o desenvolvimento social dos países, pois a população pobre não participou de tal crescimento, continuou nas mesmas condições sem acesso aos bens materiais e culturais, diferentemente do que ocorreu nos países desenvolvidos. Segundo Veiga apud Santos (2011):

Veiga (2005) explica que essa discussão teórica sobre como definir o desenvolvimento surgiu após a década de 1960, quando ocorreram evidências de que o intenso crescimento econômico - que aconteceu na década de 50 em diversos países (entre eles o Brasil) - não estava necessariamente ligado ao desenvolvimento social desses países, já que este intenso crescimento não aumentou o acesso de populações pobres a bens materiais e culturais, como ocorrera nos países considerados desenvolvidos. VEIGA, 2005 apud SANTOS, p.15, 2011).

Para Vasconcellos et al, Oliveira (2002), “o desenvolvimento resulta do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida”, onde realiza mudanças na formação dos produtos até o alocamento de recursos nos diversos setores econômicos.

Sandroni (2002), ver o desenvolvimento econômico como crescimento econômico associado as melhorias nas condições de vida da população e pelas mudanças na estrutura da economia:

Para ele, o desenvolvimento depende das características de cada país ou região. Isto é, depende do seu passado histórico, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem. (SANDRONI, 1994 apud OLIVEIRA, p. 40, 2002).

Após a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento econômico passou a ser mais enfatizado, nesse período foi possível observar que uma grande parte da população vivia em completo distanciamento econômico, onde o grau de alfabetização, a mortalidade infantil e outros indicadores, contribuíram para o surgimento de ideias sobre o desenvolvimento e também do bem-estar social. Segundo Furtado apud Santos (2011):

(...) a reflexão sobre o desenvolvimento, no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, teve como causa principal a tomada de consciência do atraso econômico em que vive a grande maioria da humanidade. Indicadores mais específicos, tais como mortalidade infantil, incidência de enfermidades contagiosas, grau de alfabetização e outros logo foram lembrados, o que contribuiu para amalgamar as idéias de desenvolvimento, bem-estar social, modernização, enfim tudo que sugeria acesso às formas de vidas criadas pela civilização industrial (...) (FURTADO, p. 25, 2000 apud SANTOS, p.14, 2011).

Bresser-Pereira (2006), diz que o “desenvolvimento econômico é um processo próprio do capitalismo e da formação dos estados nacionais”. No passado, os impérios egípcio, romano e chinês eram conhecidos por acumular grandes riquezas e por dominar durante séculos parte do mundo. Apesar de deterem tanto poder econômico sobre vários povos nunca chegaram a conhecer o que hoje é chamado de desenvolvimento econômico. (Bresser-Pereira, 2006, p. 09).

O mesmo autor afirma que, para se ter o desenvolvimento é preciso que se tenha um aumento da renda por habitante, ou do produto agregado ou da produtividade, pois não é possível tê-lo sem que haja um crescimento da produção e da renda média da população.

Para Sen apud Vieira et al (2012), *“o desenvolvimento econômico significa aquilo que os agentes econômicos usufruem a partir de suas posses, e não necessariamente ter mais posses”*. O desenvolvimento em uma região acontece quando os indivíduos podem aproveitar sua liberdade, com o atendimento de suas necessidades e desejos, tendo um comprometimento com o social institucional, a participação direta dos indivíduos contribui na formação do capital social. Segundo Vieira et al (2012):

Uma região desenvolvida é aquela em que os indivíduos podem desfrutar das liberdades individuais, para atender a seus desejos, associada ao comprometimento social institucional. Uma atuação mais direta dos indivíduos contribui para a formação de um capital social, resultante do clima de confiança estabelecido entre os membros de uma comunidade. Os contatos sociais entre os membros de uma determinada sociedade facilitam, além das questões econômicas, a disponibilidade dos sujeitos para atender às necessidades da coletividade. (VIEIRA et al, 2012, p.349).

Na teoria marxista também pode-se encontrar o termo desenvolvimento econômico, Marx criou seu próprio método de trabalho chamado de materialismo histórico e dialético, onde o materialismo resulta de determinações e não está limitado ao determinismo econômico. De acordo com Vieira et al (2012):

O termo desenvolvimento econômico é encontrado também na teoria marxista. Marx não se limitou a estudar e entender a realidade histórica, mas criou seu próprio método de trabalho: o materialismo histórico e dialético. O materialismo, resultado de múltiplas determinações, não se limita ao determinismo econômico. O determinante é a própria história, fruto das ações humanas reais. O processo histórico é entendido como o conflito no tempo e no espaço entre unidades contraditórias em contínua transformação, expresso por Marx nos conceitos modo de produção e luta de classes. (VIEIRA, 2012, p. 351).

3.4 Empreendedorismo e Desenvolvimento

O surgimento de novos empreendimentos, tem como principal fator a novas tecnologias e a criação de novos produtos, onde os empreendedores buscam entrar no mercado de maneira que possam competir com as demais por uma fatia do mercado nacional e mundial. Para que isso ocorra, é preciso que se tenha uma grande capacidade de inovação e também depende dos atores sociais e dos próprios empreendedores. Para que haja esse processo é preciso que o ambiente no qual a empresa está inserida esteja propício ao desenvolvimento de práticas inovadoras, essas podem ser manifestações culturais, ou ainda manifestações de uma cultura

desenvolvida pelos próprios empreendedores. Isso retrata a importância do empreendedor no desenvolvimento de práticas organizacionais que contribuindo para uma cultura inovadora, empreendedora. (SOUZA; LOPEZ JÚNIOR, 2010).

Em suas obras Schumpeter, tem a visão que o empresário inovador tem um papel importante e fundamental para o processo de desenvolvimento econômico, onde aliado ao crédito bancário e as inovações tecnológicas, criam novos empreendimentos. O empresário que conquista o sucesso, em maioria das vezes é um homem de iniciativa, individualista, mas que busca apoio em todas as partes. Segundo Schumpeter apud Gomes (2005):

O empresário inovador é um componente fundamental do processo de desenvolvimento econômico, de acordo com a visão schumpeteriana. Juntamente com o crédito bancário e as inovações tecnológicas, o empreendedor é um importante agente de criação de novos negócios e, conseqüentemente, de desenvolvimento econômico. A iniciativa individual do empresário pode ser estimulada pelo apoio oficial, contudo o empresário de sucesso geralmente é um homem de iniciativa, um individualista e auto-suficiente, mas que busca sustentação em todas as frentes. O empresário, nessas condições, apresenta-se também como um novo-rico, um egocêntrico e racional, cujo fim é o lucro e não o consumo (SCHUMPETER, 1982, p. 64 apud GOMES, 2005, p.07).

O processo de desenvolvimento econômico tem como requisito indispensável, segundo Schumpeter (1982), a existência de empresários que sejam inovadores e que possuam novas combinações produtivas. Para o autor quando uma economia não se encontra em processo de desenvolvimento econômico, é chamada de “economia em fluxo circular”, caracterizada como uma economia em equilíbrio, que ocorre na ausência de inovação e empreendedorismo. Isto é, segundo o autor, a ausência de novas combinações, de crédito bancário e empreendedores são fatores que restritivos ao processo de desenvolvimento econômico. (SCHUMPETER, 1982, p. 64 apud GOMES, 2005, p.07).

No ponto de vista de Schumpeter, tornou-se fatores importantes capazes de desencadear o crescimento econômico, o empreendedorismo como motor da economia, o agente de inovação e mudanças. Isto significa que a sociedade, possa através da atividade empreendedora ser incentivada a liderar e coordenar, como o propósito de buscar seu próprio crescimento econômico. Conforme Gomes (2005):

Assim, a visão de Schumpeter tornou-se predominante: o empreendedor como motor da economia, o agente de inovação e mudanças, capaz de desencadear o crescimento econômico. Isto é muito importante porque significa que comunidades, através da atividade empreendedora, podem ter a iniciativa de liderar e coordenar o esforço no sentido do seu próprio

crescimento econômico. Acredita-se, com isso, ser possível alterar a curva da estagnação econômica e social através de indução de atividades inovadoras, capazes de agregar valores econômicos e sociais (DOLABELA, 1999 apud GOMES, 2005).

O empreendedor é peça importante na geração de emprego e renda, e também produção e prestação de serviços à população, seus empreendimentos podem através da realização de suas atividades identificar as principais necessidades e desejos do seu público para melhor supri-las. (NETO, 2002).

Quando o empreendedor reconhece as necessidades de seu público, com a criação e desenvolvimento de novas ideias, há uma expansão de sua importância para geração de trabalho e por sua vez também para geração de renda. No momento em que os empreendedores passam a atender as sociedades, governos, mercados e organizações, eles deixam de ser um problema para estes grupos, pois buscam por liberdade pessoal, econômico e sua felicidade. Segundo Longenecker apud Neto (2002):

Ao identificar e atender as necessidades do mercado, através da criação e desenvolvimento de novos negócios, o empreendedor expande sua importância de gerador de soluções em trabalho e renda. Além de atender as sociedades, governos, mercados e organizações, o empreendedor deixa de ser um problema para estes grupos, pois busca sua liberdade pessoal, econômica e sua felicidade. O empreendedor é, em sua própria essência, além de um energizador social. Um provedor de soluções para si mesmo (LONGENECKER, 1997 apud NETO, 2002).

A atividade empreendedora pode ser observada através de dois pontos, no qual o primeiro diz que ela é consequência do desenvolvimento social, o outro ponto que a atividade contribui para que a sociedade se desenvolva, através da introdução da inovação, ao satisfazer as demandas características e ao tornar mais espessas a rede de relações entre as empresas. (CARPINTÉRO; BACIC, 2001).

Quando o processo desenvolvimento econômico ocorre é possível observar um aumento da densidade das relações entre os envolvidos, o tecido produtivo torna-se mais ambientado e estruturado, abrindo espaço para maiores oportunidades de inserção de pessoas no mercado de trabalho e também a abertura de novos empreendimentos na atividade econômico. Segundo Carpintéro e Bacic (2001):

Num processo efetivo de desenvolvimento econômico observa-se um aumento da densidade das relações entre agentes, o tecido produtivo torna-

se mais integrado e articulado, possibilitando maiores oportunidades de inserção das pessoas e de novos empreendimentos na atividade econômica. As relações sociais e culturais sustentam, condicionam e ao mesmo tempo se beneficiam do aumento da densidade das relações econômicas, num círculo virtuoso em que sociedade e economia evoluem em conjunto. (CARPINTÉRO; BACIC, 2001).

Segundo Oliveira e Cardoso (2015), o empreendedorismo está associado ao desenvolvimento de economias por todo o mundo, e tem sido empregado em teorias econômicas, pois constata-se que o empreendedorismo ocasiona para a sociedade inovação, o desenvolvimento de capital humano e por consequência o crescimento. O empreendedorismo é considerado pelas teorias econômicas como um fator de grande importância para o processo de crescimento econômico. (VAN STIL apud OLIVEIRA; CARDOSO, 2015).

3.5 Políticas Públicas

3.5.1 Políticas Públicas: Surgimento e Conceitos

Sabatier apud SEBRAE (2008) afirma que o surgimento da política pública vem do subcampo da disciplina de Ciência Política entre os anos 1960 e 1970, este autor cita outros estudiosos que iniciaram os estudos sobre o assunto:

A política pública surgiu como um subcampo significativo dentro da disciplina de Ciência Política entre os anos 1960 e 1970, afirma Sabatier (1995) que complementa informando que Daniel Lerner e Harold Lasswell são apontados por estudiosos como pioneiros em trabalhos sobre a mesma. Souza (2006) considera que a área de políticas públicas contou com quatro grandes “pais” fundadores: além de Laswell, Simon, Lindblom e Easton. (SEBRAE, 2008).

Nos Estados Unidos nasceu a política pública como área de conhecimento e disciplina acadêmica, ultrapassando os passos da tradição europeia de estudos e pesquisas na área, onde eram mais centralizados no estudo do Estado e instituições do que na produção dos governos. Na Europa, a área de política pública surgiu a partir de trabalhos fundamentados em teorias explicativas sobre o Estado e o papel das instituições do Estado. Nos EUA, área surgiu sem uma base teórica sobre o papel do Estado passando direto para os estudos sobre a ação dos governos. (SOUZA, 2006)

Os primeiros passos das políticas públicas no Brasil, foram no período do governo Getúlio Vargas, elaborados para as questões trabalhistas, e também foram contempladas áreas como da saúde, educação profissional e habitação. De acordo com Freitas (2009):

No Brasil, as primeiras políticas públicas surgiram ainda no governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) e referiam-se, em especial, embora não exclusivamente, às questões trabalhistas. Além destas, as áreas da saúde, educação profissional e habitação também foram contempladas. [...]. (FREITAS, 2009).

Com o fim da ditadura militar as políticas públicas puderam ser reformuladas na Constituição Federal de 1988, a partir dela foi dada ao Estado a responsabilidade de regular, implementar e gerir as mesmas. Na CF/88 são previstas e propostas políticas sociais para melhor atender a sociedade, de acordo com suas necessidades. (FREITAS, 2009, p. 04).

Com o passar dos anos o papel desempenhado pelo Estado sofreu grandes transformações, em séculos passados seu objetivo era apenas a segurança pública e a defesa externa. Segundo SEBRAE (2008):

A função que o Estado desempenha em nossa sociedade sofreu inúmeras transformações ao passar do tempo. No século XVIII e XIX, seu principal objetivo era a segurança pública e a defesa externa em caso de ataque inimigo. (SEBRAE, 2008, p. 05).

As políticas públicas são ações do poder público para o bem-estar social, normas e métodos para a melhor relação entre poder público e sociedade, intervenções entre a sociedade e o Estado. Onde são elaboradas em documentos que iram orientar para onde o recurso público será direcionado. Em algumas vezes o que é realizado pelo Estado, não é exatamente o que a sociedade precisa em determinado momento. (TEIXEIRA, 2002).

O conceito de Política Pública na visão da cientista social Maria Helena Guimarães de Castro (2008), promove o bem comum e o desenvolvimento pessoal, considerando os direitos do indivíduo. Conforme Castro apud Freitas (2009):

Quando se tenta definir políticas públicas, depara-se com diferentes conceitos e linhas de pensamento. Mas, de acordo com a cientista social Maria Helena Guimarães de Castro (2008, p. 69), embora 'teoricamente, toda política pública deve promover o bem comum e o desenvolvimento das pessoas, considerando os direitos que detêm', [...]. (CASTRO, 2008 apud FREITAS 2009).

Teixeira (2002) diz que a elaboração de uma política pública determinada quem era decidir sobre as políticas, quando, e com quais consequências e para quem

serão elaboradas. A definição é realizada conforme a natureza do regime político no qual se vive, a forma que se organiza a sociedade civil e na cultura política vigente.

É preciso saber distinguir políticas públicas de políticas governamentais, pois nem sempre as governamentais são públicas, embora sejam elaboradas pelo Estado. Para que sejam públicas, é necessário considerar para quem se destinam os resultados e benefícios, e no processo de elaboração é levado ao debate público.

Para o governo atingir seus objetivos e possibilitar o bem-estar da sociedade, ele se utiliza das Políticas Públicas que são definidas como ações e decisões do governo, voltadas para a solução dos problemas da sociedade.

De acordo com Sebrae (2008):

Para atingir resultados em diversas áreas e promover o bem-estar da sociedade, os governos se utilizam das Políticas Públicas que podem ser definidas da seguinte forma:

‘(...) Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade (...)’. (SEBRAE, 2008).

As necessidades da sociedade chegam aos responsáveis pela administração pública através de grupos chamados de Sociedade Civil (SCO), nestes grupos estão inseridos sindicatos, entidades de representação empresarial, associação de moradores, associações patronais e ONGs, entre outros. Segundo Sebrae (2008):

As demandas da sociedade são apresentadas aos dirigentes públicos por meio de grupos organizados, no que se denomina de Sociedade Civil Organizada (SCO), a qual inclui, conforme apontado acima, sindicatos, entidades de representação empresarial, associação de moradores, associações patronais e ONGs em geral. (SEBRAE, 2008).

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta sessão serão apresentados os resultados obtidos através da coleta de dados e a explanação sobre cada um dos gráficos apresentados segundo a metodologia de abordagem escolhida, e também serão apresentados alguns

programas criados para apoiar as micro e pequenas empresas nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal.

4.1 Programas de Incentivo/Apoio ao Empreendedorismo

No Brasil são criados programas para apoiar o empreendedorismo, visto que é de grande importância para alavancar a economia, fornecendo a capacitação de pessoas, disponibilizando facilidades para crédito.

A seguir serão demonstrados alguns Incentivo/Apoio Governamental ao Empreendedorismo no Brasil, Tocantins e Palmas. Primeiramente alguns programas desenvolvidos em âmbito Federal, para atender todos os estados brasileiros.

Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas (RHAЕ), esse programa utiliza bolsas tecnológicas para agregar pessoas altamente qualificadas em atividades de pesquisa e desenvolvimento, em empresas privadas, tem como público alvo: Micro, pequenas, médias e grandes empresas privadas que possuam sede e administração no Brasil, as grandes empresas estão sujeitas à limitação de 20% dos recursos disponíveis. (IBMEC, 2014).

Este programa foi criado em 1987, em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desde de 2007 o programa é destinado a inserção de mestres e doutores nas empresas privadas, com preferência para as micros-pequenas e médias empresas. (CNPQ, 2014).

Na tabela a seguir estão demonstrados o número de bolsas disponibilizadas pelo RHAЕ de 2007 a 2013, pode-se observar a demanda existente e a quantidade de empresas contempladas pelo programa a cada ano.

Tabela 1 – RHAE – Pesquisador na Empresa Nível Nacional

Chamada	M R\$	Demanda	Projetos Aprova.	Empresas Contemp.	Bolsas*	Bolsas cotas concedidas (divisão por formação)
2007 (32/2007)	20	710	131	124	385	93 Doutores, 112 Mestres, 96 graduados e 84 graduandos
2008 (67/2008)	26	727	173	166	690	130 Doutores, 182 Mestres, 155 graduados e 223 graduandos
2009 (62/2009)	30	1068	188	177	621	112 Doutores, 166 Mestres, 180 graduados, 152 graduandos e 11 especialistas visitantes
2010 (75/2010)	40	1125	211	209	694	117 Doutores, 198 Mestres, 189 graduados, 113 graduandos, 23 especialistas visitantes e 54 apoios técnico
2012 (17/2012)	60	1558	265	247	932	125 Doutores, 255 Mestres, 280 graduados, 178 graduandos, 28 especialistas visitantes e 66 apoios técnico

2013 (54/2013)	60	1744	287	263	952	162 Doutores, 271 Mestres, 278 graduados, 157 graduandos, 33 especialistas visitantes, 41 apoios técnico e 10 exteriores
-------------------	----	------	-----	-----	-----	---

*** Cotas de bolsas concedidas aos projetos. Na dinâmica da execução, a quantidade de bolsas implementadas pode ser maior.**

Fonte: Extraído do site da CNPQ

Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), este programa foi instituído pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, com os objetivos de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, disponibilizar recursos para microcrédito e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado. Os recursos disponibilizados pelo programa vêm do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos 2% dos depósitos compulsórios à vista junto ao Banco Central (a chamada exigibilidade). (FAT, 2016).

A tabela consta o número de operações de microcrédito realizados no período de 2008 a 2015, no total foram mais de 26 milhões clientes atendidos, e concedido um valor superior a R\$ 59 bilhões.

Tabela 2 – Execução Histórica Consolidada do PNMPO – 2008 a 2015

Ano	Número de Clientes Atendidos	Número de Operações de Microcrédito Realizadas	Varição Anual	Valores nominais concedidos (em R\$)	Valores atualizados concedidos (em R\$)
2008	1.430.097	1.280.680		1.825.147.592,77	2.945.582.271,69
2009	1.654.186	1.620.656	26,55%	2.323.599.790,69	3.521.814.308,41
2010	2.071.607	1.966.718	21,35%	2.998.623.914,48	4.365.506.896,56
2011	2.674.157	2.576.559	31,01%	4.098.289.416,62	5.603.869.961,66
2012	3.953.406	3.814.781	48,06%	6.504.785.890,40	8.384.649.627,79
2013	5.664.941	5.713.091	49,76%	10.162.675.000,69	12.334.894.340,93
2014	5.552.080	5.667.287	-0,80%	11.646.316.132,59	13.391.110.372,23
2015 (jan-set)	3.867.850	3.885.941		8.330.940.986,69	9.017.410.523,99
TOTAL	26.868.324	26.525.713		47.890.378.724,93	59.564.838.303,27

Fonte: Extraído do Portal FAT

PROGEX (Programa de apoio tecnológico à exportação) é um instrumento utilizado para fortalecer as micro pequenas e médias empresas, e contribuir com a inserção das mesmas no mercado internacional. PROGEX contempla os seguintes aspectos (IPT,2018):

- melhorar a qualidade do produto e seu processo produtivo;
- redução de custos;
- atendimento a normas técnicas internacionais;
- pré-qualificação ou qualificação de produtos para obtenção de selos e marcações internacionais como CE, UL e outras;
- design do produto;
- embalagens, rotulagem;
- outras exigências técnicas do mercado-alvo.

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sua missão é promover o desenvolvimento econômico e social, através do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T&I) em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas. (IBMEC, 2014).

O Microempreendedor Individual (MEI), criado afim de auxiliar os pequenos empreendedores na formalização do seu negócio. Para se enquadrar nesta categoria o empreendedor deve possuir um faturamento anual de R\$ 81.000 mil, e não ter participação em outras empresas. (PROGRAMAS DO GOVERNO).

A Lei complementar 128 de 19 de dezembro de 2008, criou a figura do Microempreendedor Individual e modificou algumas partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar 123/2006.

O MEI tem como meta reduzir o número de empresas informais existentes no Brasil, dando assim ao Governo Federal um aumento na arrecadação junto a esses trabalhadores. (PAIVA, et al 2013).

O Start-Up Brasil, Programa Nacional de Aceleração de Startups, este programa é uma ação do Governo Federal, criado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), com gestão da Softex em conjunto

com aceleradoras, para dar suporte as empresas criadas com base tecnológica – as startups. (START-UP BRASIL, 2018).

As startups desempenham a função de continuamente revigorar o mercado, mas para que isso aconteça precisam de um ambiente favorável para que possam obter sucesso. A aceleradora age de maneira fortemente orientada para o mercado, geralmente essa aceleradora é de origem privada e possui uma capacidade de investimento financeiro, que tem a função de direcionar e potencializar o desenvolvimento das startups. A duração do programa é de um ano, a cada edição pode acontecer até duas chamadas públicas, uma direcionada para a qualificação e habilitação das aceleradoras e outra para a seleção de startups, com rodadas semestrais. (START-UP BRASIL, 2018).

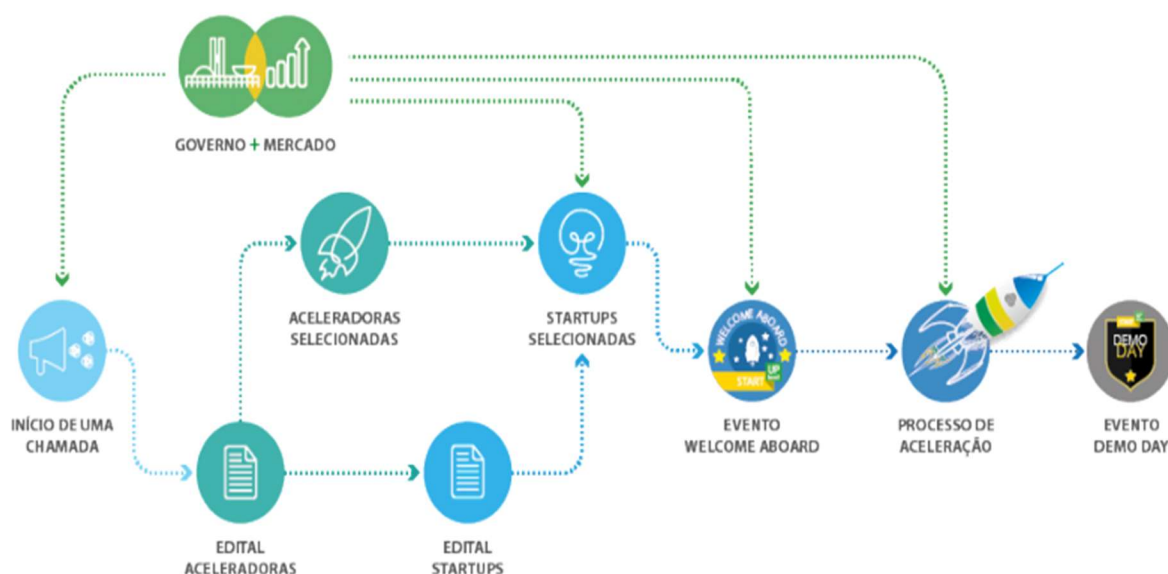


Figura 3 – Processo Start-Up Brasil

Fonte: Extraído do site Start-up Brasil

A InovAtiva Brasil, um programa de aceleração para negócios inovadores de todo o Brasil, realizado pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) juntamente com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), e executado pela Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI). A InovAtiva Oferece cursos gratuitos de empreendedorismo de alto nível diretamente com os melhores especialistas do país. (INOVATIVA BRASIL, 2018).

O quadro abaixo demonstra o número de startups aceleradas pelo programa InovAtiva Brasil no total foram mais de 600 startups.

Quadro 1 – Startups Aceleradas InovAtiva Brasil

Ciclo	2013/1	2014/1	2015/1	2016/1	2017/1
Quantidade	20	74	92	233	228

Fonte: Elaboração própria com dados da InovAtiva Brasil

4.1.1 Realização dos Programas Federais de Incentivo/Apoio Empreendedorismo em Palmas – TO

Este tópico apresenta como são realizados os programas de incentivo/apoio do governo Federal em Palmas – TO. Os programas RHAE e Start – up Brasil, não foi possível identificar a aplicação deles na cidade aqui estudada.

O PNMPO é aplicado na cidade de Palmas, através de uma parceria entre o poder público municipal e a Caixa Econômica Federal, onde o Banco do Povo passou a atuar como correspondente bancário, foram realizadas algumas alterações para o banco se adequar como por exemplo a redução de 60% na taxa de juros aplicada nos contratos e a Legislação do Banco do Povo também foi alterada, para melhor atender os microempreendedores. (BANCO DO POVO, 2012).

A realização do Programa de Apoio à Exportação (PROGEX) em Palmas, se dá através do Comitê Gestor Estadual do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), como uma forma de descentralizar as ações em prol das exportações. O plano é executado em cinco fases: de sensibilização, de inteligência comercial, de adequação de produtos e processos, de promoção comercial e de comercialização. (GOVERNO DO TOCANTINS, 2017).

A Finep disponibiliza o programa Inovacred que oferece financiamento as empresas para aplicar no desenvolvimento de novos produtos processos e serviços, ou aprimorar os que já existem. O apoio é concedido através de agentes financeiros, no Tocantins é através do Banco da Amazônia, que direcionada para Palmas e demais cidades do estado. (FINEP, 2018).

O programa Microempreendedor Individual que surgiu a partir da Lei Complementar 128/2008, a partir deste programa em Palmas foi elaborado um

decreto que dispõe sobre o Programa de Apoio e Incentivo ao Microempreendedor Individual – MEI, o Decreto Nº 140, de 4 de junho de 2010. O decreto regulamento o programa, com tratamento simplificado às microempresas e as de pequeno porte no município, com a finalidade de prestar assistência, apoiar a inovação, entre outras. (PALMAS TOCANTINS, 2010).

Em relação ao programa InovAtiva Brasil, o número de empresas de Palmas – TO que participaram do processo de aceleração não é muito significativo, pois foi possível observar apenas uma empresa no ano de 2016, do setor de serviços. (INOVATIVA, 2018).

4.2 Programas de apoio/incentivo ao Empreendedorismo no Tocantins

Programa Tocantins Produtivo, entrou em funcionamento desde 2008, criado pela Secretaria de Indústria e Comércio do Tocantins tem como objetivos a capacitação, o fortalecimento e também contribuir para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas no estado. Na fase inicial foi implantado na cidade de Guaraí, em 2009 já atendia 16 municípios. (GOVERNO DO ESTADO, 2009).

Banco do Empreendedor do Tocantins (BEM), inicialmente conhecido como Instituto Social Divino Espírito Santo - Prodivino - uma autarquia vinculada ao executivo estadual, começou a ser chamada de Banco do Empreendedor a partir da Medida Provisória MP – 01, publicada no Diário Oficial do Estado – DOE do dia 5 de janeiro de 2015. (BANCO DO EMPREENDEDOR, 2018). O Banco disponibiliza programas de assistência financeira e microcrédito a atividades produtivas.

Programa de Assistência Financeira ao Servidor, é direcionado aos servidores público estaduais, o valor concedido varia de R\$ 1 mil a R\$ 15 mil, dependendo do valor o número máximo de parcelas varia entre 18, 24 e 36 meses. O Programa Microcrédito, consiste na liberação de recursos para pequenos empreendedores, para que invistam em seu negócio, visando sempre a geração de emprego e renda, os valores concedidos variam de R\$ 1 mil a R\$ 10 mil. (BANCO DO EMPREENDEDOR, 2018).

4.3 Programas de Apoio/Incentivo ao Empreendedorismo para o município de Palmas.

Projeto Desenvolve Palmas, é um projeto do Governo Federal, Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria Nacional de Economia Solidária executado em Palmas pela Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego. Tem como objetivo implementar as ações integradas de economia solidária para a geração de trabalho e renda. (PREFEITURA DE PALMAS, 2018).

Em 2017 o projeto tinha como meta assessorar cerca de 25 empreendimentos, nas modalidades associações e cooperativas na Capital e, com isso criar cerca de 50 postos de trabalho diretos e mais de 200 indiretos. (SEDEM, 2017).

Para participar do projeto é preciso a realização de um cadastro, podem se cadastrar cooperativas de reciclagem, artesãos, horticultores, piscicultores, entre outros. É ofertado aos participantes do projeto assessoria técnica multidisciplinar sobre legislação e regulamentação, capacitação, aperfeiçoamento de produtos e comercialização. (SEDEM, 2017).

Programa Jovem Empreendedor, envolve ações de promoção ao protagonismo e a participação cidadã, os públicos atendidos são jovens entre 16 e 18 anos, que vivem em condições de risco. A visão empreendedora está em toda ação pedagógica do programa, onde o jovem é estimulado a buscar soluções para problemas de ordem pessoal e profissional. (JOVEM EMPREENDEDOR).

O programa tem como visa a inclusão social da juventude, combatendo à evasão escolar, prevenção da violência e geração de emprego e renda, o foco do programa é a formação integral do jovem e estímulo ao empreendedorismo. (SEDEM, 2014).

O Banco do Povo, criado em 2005 na cidade de Palmas, disponibiliza crédito sustentável aos micros e pequenos empreendedores formais (empresas) e informais (ambulantes e demais trabalhadores autônomos), em especial aqueles que não têm acesso a outras fontes de recursos, com objetivo de gerar trabalho e renda e inclusão social. (BANCO DO POVO, 2018).

Entre os anos de 2013 a 2016, o Banco do Povo disponibilizou mais de R\$ 5 milhões em empréstimos para empreendedores como pode se observar na tabela abaixo.

Tabela 3 – Valores Concedidos pelo Banco do Povo de Palmas – TO

ANO	2013	2014	2015	2016	TOTAL
VALORES	R\$ 572.000,00	R\$ 2.231.500,00	R\$ 1.548.300,00	R\$ 1.568.412,00	R\$ 5.920.212,00
JUROS	R\$ 70.220,63	R\$ 277.135,50	R\$ 195.865,33	R\$ 195.960,88	R\$ 739.182,34

Fonte: Elaboração própria com dados do Banco do Povo

Na tabela 4 são demonstrados o número de pessoas que foram atendidas com empréstimos do Banco do povo de 2013 a 2016, no total foram 840 pessoas tanto físicas como jurídicas.

Tabela 4 – Pessoas Atendidas Pelo Banco do Povo de Palmas – TO

Pessoas Físicas/ Jurídicas	2013	2014	2015	2016
Físicas	18	81	34	71
Jurídicas	58	211	200	167
Total	76	292	234	238

Fonte: Elaboração própria com dados do Banco do Povo

4.4 Demonstração dos Dados Obtidos

Na figura 4 apresenta um gráfico com o número de empresas na cidade de Palmas – TO entre os anos 2000 a 2015. Observa-se que em 2007, possivelmente ocasionado pela crise que aconteceu neste período a crise do subprime iniciada nos Estados Unidos, o número de empreendimentos obteve um declino, no total foram mais de 1.000 empresas que fecharam as portas. Mas a partir de 2009, ano no qual entrou em vigor a Lei complementar 128/2008, que trouxe facilidades ao microempreendedor individual como a adesão ao programa com o pagamento de valores mínimos, onde estão incluídos os tributos e contribuições federais, estaduais e municipais, e também o de contribuição previdenciária que propicia benefícios da

previdência social, houve um aumento, mas é em 2010 a grande alavancada no crescimento.

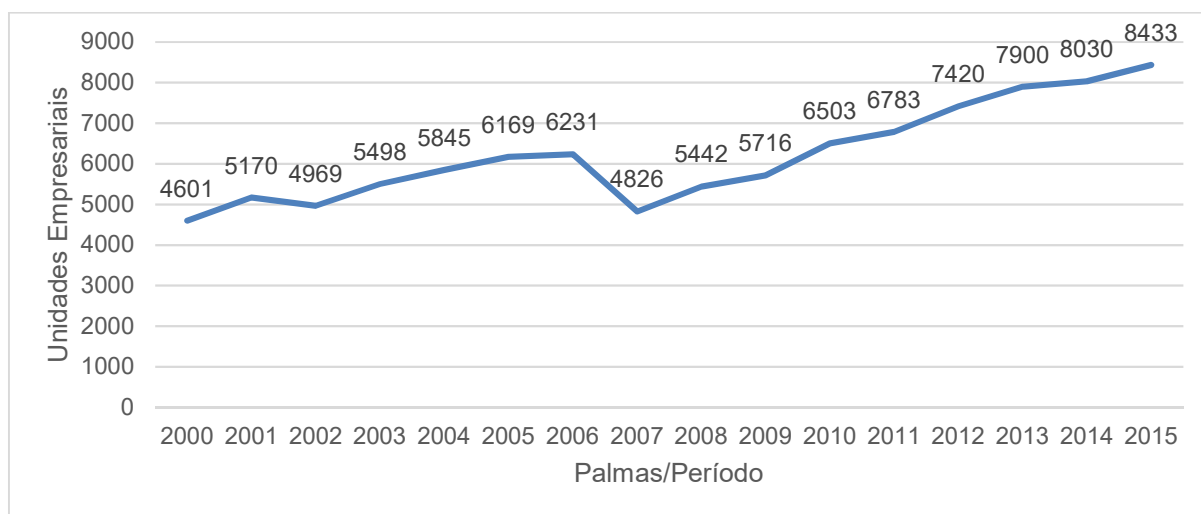


Figura 4 – Números de Empresas em Palmas - TO

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE

Na tabela 5, está relacionado o número de empresas em Palmas – TO, o microempreendedor individual representa entre o total de empreendimentos existentes na cidade, o que mais cresce representam cerca de 66% das empresas, a partir deste fator pode-se dizer que as admissões e desligamentos, vêm mais deste setor, apesar de os dados não serem recentes.

Tabela 5 – Empresas em Palmas – TO em 2014

PORTE	QUANTIDADE	%
Microempreendedor Individual	10448	66,21%
Microempresa	3721	23,58%
Empresa de Pequeno Porte	1371	8,69%
Empresa de Médio Porte	211	1,34%
Empresa de Grande Porte	30	0,19%
Total	15781	100,00%

Fonte: Elaboração própria com dados do DATASEBRAE

Na figura 5 está demonstrado o número de admissões e desligamentos ocorridos no município de Palmas — TO, no período de 2007 a 2015. A demissão pode ser um fator determinante para que indivíduos abram seu próprio empreendimento, ou seja, ela é vista como uma oportunidade. Pode-se observar que os valores são bastante próximos até o ano de 2014, em 2015 houve mais desligamentos 30.972 do que admissões 33.089.

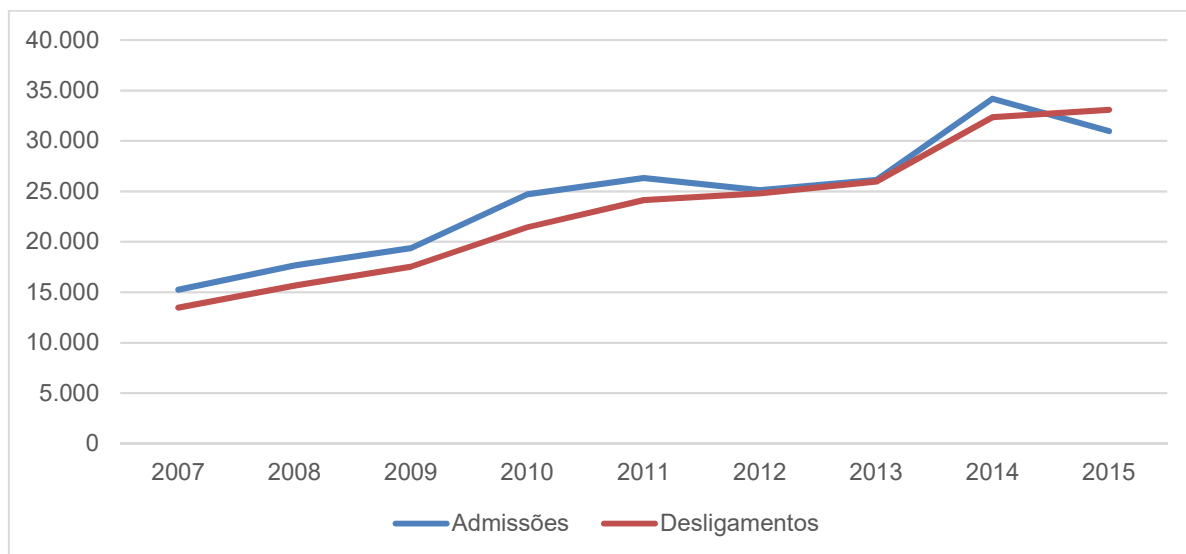


Figura 5 – Admissões/ Desligamentos em Palmas - TO

Fonte: Elaboração própria com dados do CAGED

Em 2015, o Brasil passava por um momento conturbado em sua economia, muitas empresas fecharam as portas, outras demitiram vários funcionários, ocasionado assim um aumento na taxa de desemprego no Brasil, segundo o IBGE, no quarto trimestre, o desemprego ficou com 9%.

As figuras 6 e 7 demonstram o número de admissões e desligamentos por setor de atividade econômica no período de 2007 a 2015 na cidade de Palmas – TO.

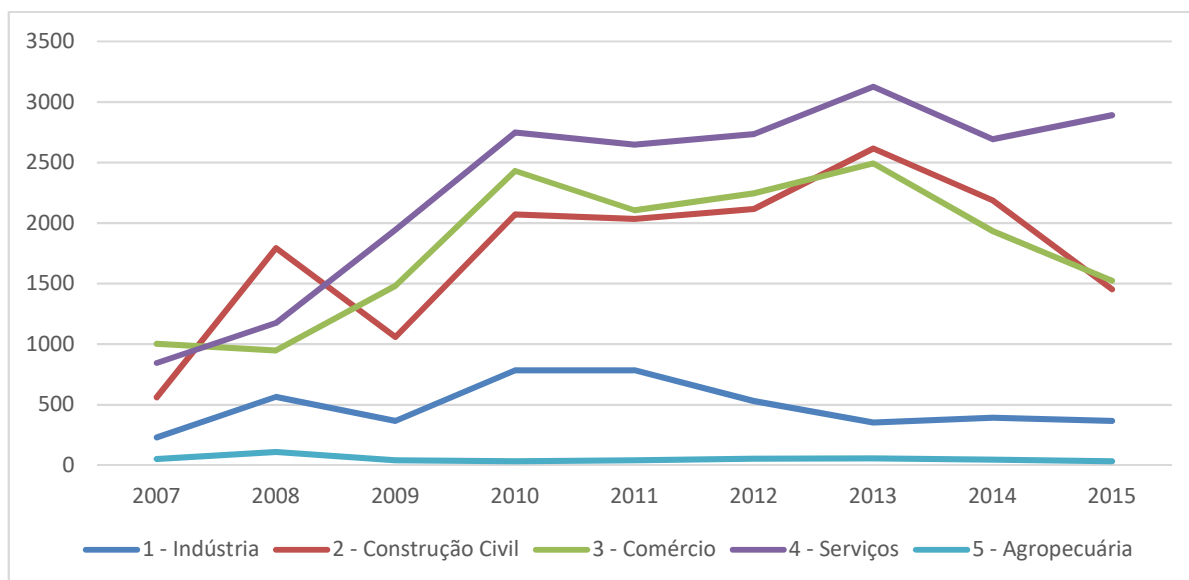


Figura 6 – Admissões por setor de atividade em Palmas – TO

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

A figura 6, refere-se ao número de admissões no município de Palmas – TO por setor de atividade, nota-se que o setor que mais contratou no período em questão foi o de serviços, em contrapartida o que menos contratou pessoal foi o setor agropecuário.

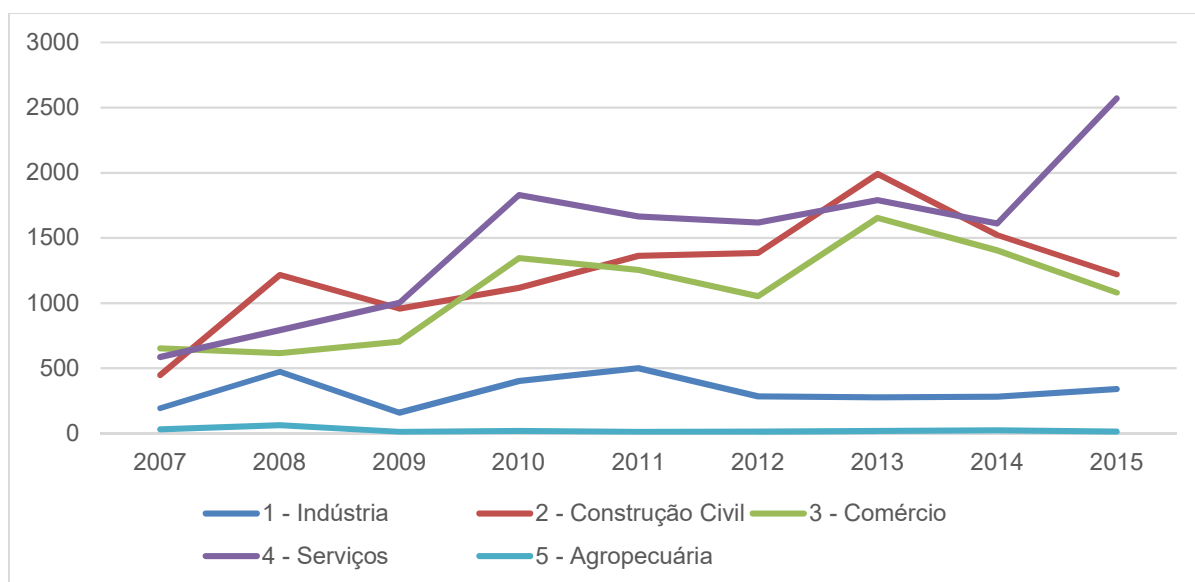


Figura 7 – Desligamentos por setor de atividade em Palmas -TO

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

Observa-se na figura 7 que o setor que mais contrata (figura 6) é também o que mais demite funcionários, ou seja, o setor de serviços, e o setor agropecuário assume a última posição como o que menos demite pessoal.

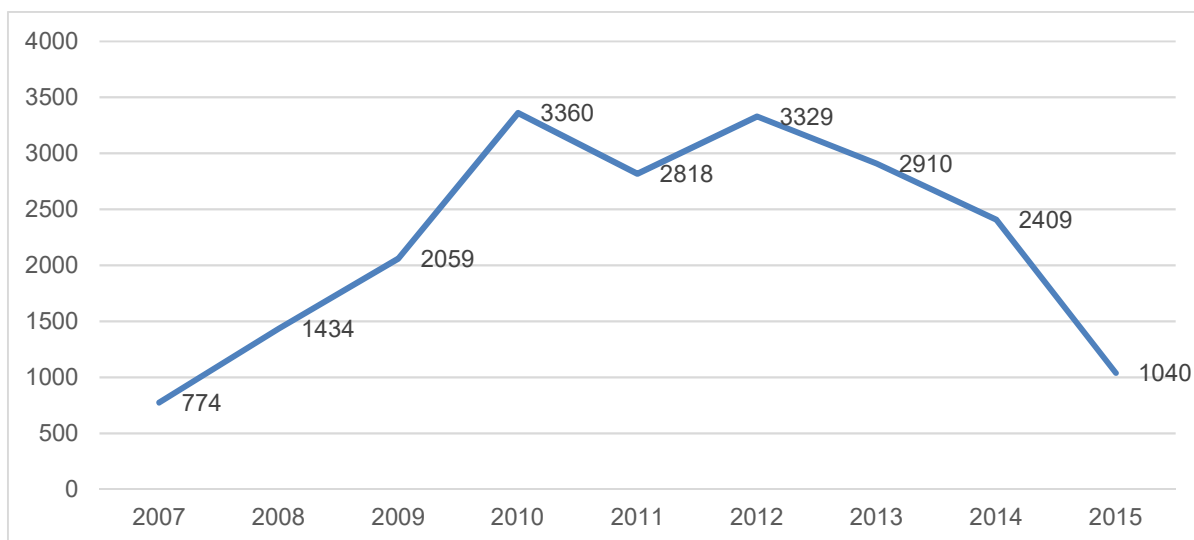


Figura 8 – Empregos Gerados em Palmas – TO

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

Na figura 8, pode-se notar a quantidade de empregos gerados a mais no município de Palmas – TO, de 2007 a 2015, o ano que mais se gerou emprego foi 2010, em 2011 houve uma queda, no ano seguinte volta a subir, mais em 2013 a geração de empregos começa a cair consideravelmente.

Voltando para as MPE's, desde 2010 o número de empreendimentos dessa categoria só vem aumentando na cidade de Palmas - TO, das que optam pelo SIMEI (Simples Nacional), de 2010 a 2015 foram aproximadamente 10 mil empresas abertas, como está demonstrado na figura 9. Os números representam as pessoas que procuraram o Portal do Empreendedor para formalizarem suas empresas, ou seja, procuraram o Estado.

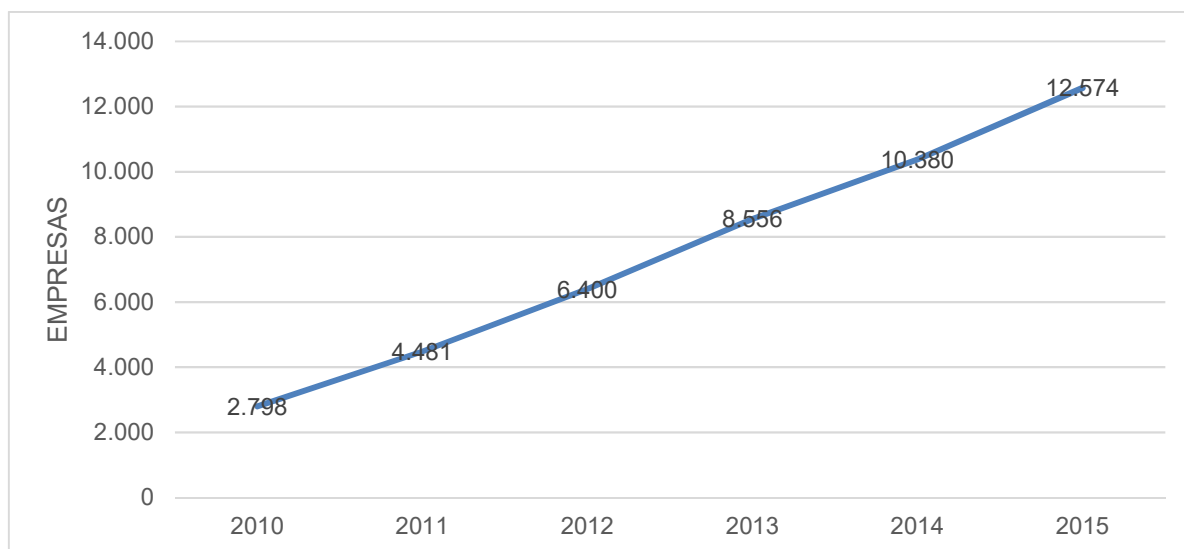


Figura 9 – Empresas Optantes no SIMEI Palmas – TO

Fonte: Elaboração própria com dados do Portal do Empreendedor

O gráfico 7, apresenta o número de micro e pequenas empresas optantes pelo SIMEI, no período de 2009 a 2014. Como pode-se observar que o MEI surgiu a partir da Lei Complementar 128/08 que disponibilizou facilidades para a formalização de tais empreendimentos, em 2009, existia apenas uma empresa, caracterizada como micro ou pequena formalizada em Palmas – TO, e em 2014 já existiam mais de 10 mil empresas, em números acumulados. Os dados do DataSebrae, representam o número de indivíduos que procuraram o Sebrae local para formalizarem suas empresas.

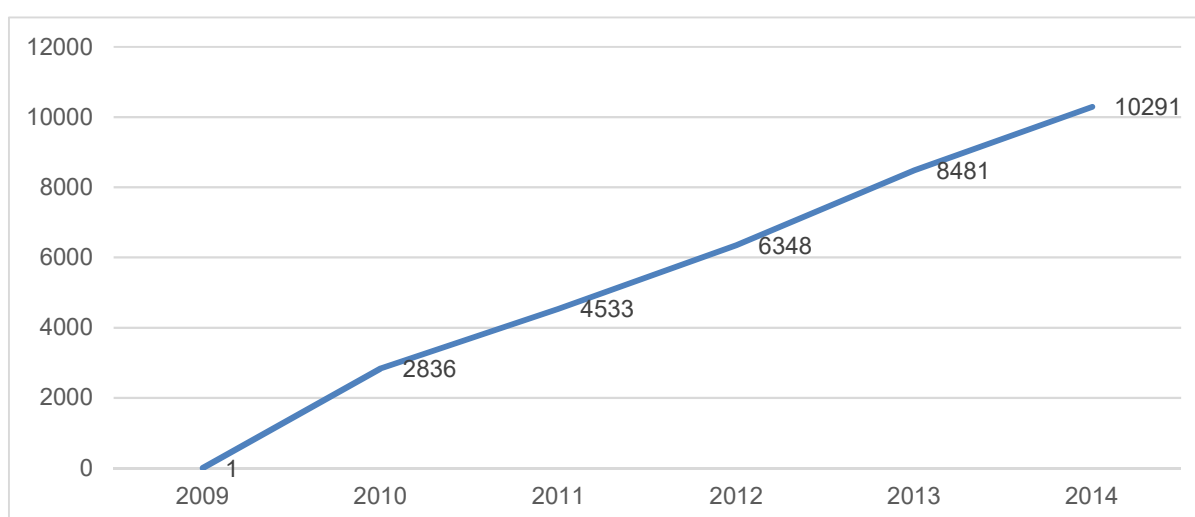


Figura 10 – Micro e pequenas empresas optantes pelo SIMEI em Palmas – TO

Fonte: Elaboração própria com dados do DATASEBRAE.

A partir das figuras 9 e 10, pode – se dizer que as políticas públicas citadas anteriormente, têm influenciado o crescimento da MPE's na cidade de Palmas, pois antes da criação das mesmas não havia programas que dessem apoio aos pequenos empreendimentos.

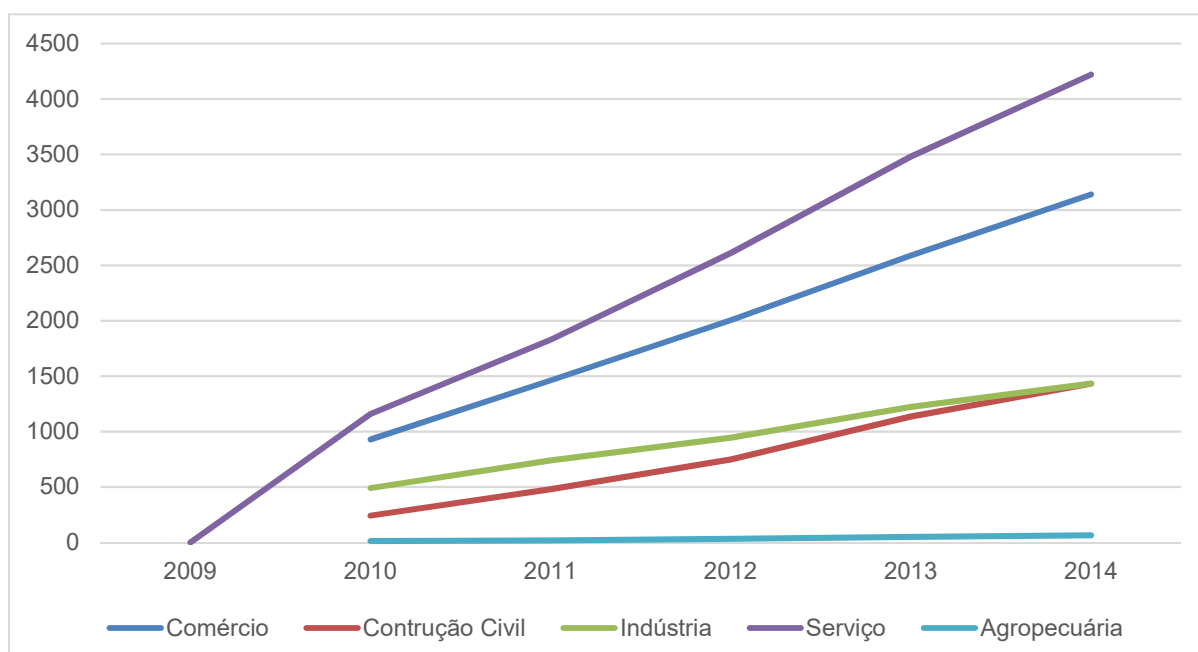


Figura 11 – MPE's optantes pelo SIMEI por setor em Palmas – TO

Fonte: Elaboração própria com dados do DATASEBRAE.

O setor que obteve maior crescimento no número de empreendimentos foi o setor de serviço, seguido pelo setor de comércio, o que pouco se desenvolveu foi a agropecuária. A partir disso, pode-se dizer que em Palmas – TO o setor de atividade econômica predominante é a prestação de serviços (figura 11).

As MPE's quando formais influenciam nas receitas e nas despesas públicas do município como pode-se observar nos gráficos a seguir.

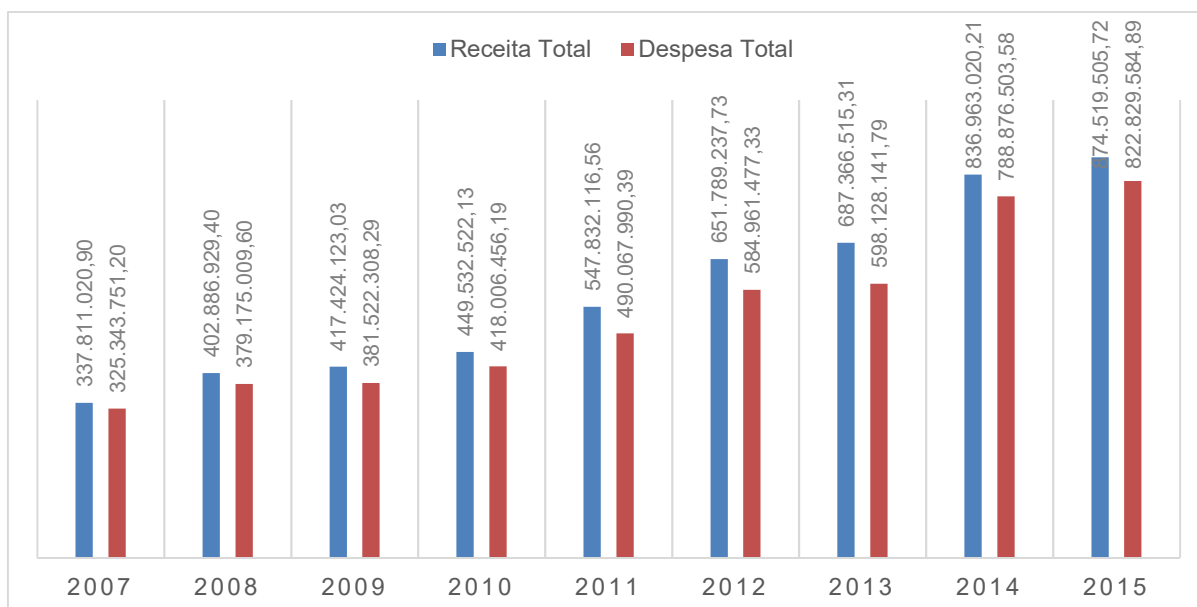


Figura 12 – Receitas e Despesas de Palmas – TO

Fonte: Elaboração própria com dados da Firjan

Pode-se observar que as receitas e despesas crescem consideravelmente a partir de 2010, como mostra a figura 12. O ISS (Imposto sobre Serviços) começou a crescer a partir de 2012, e chega em 2015 em alta, figura 13.

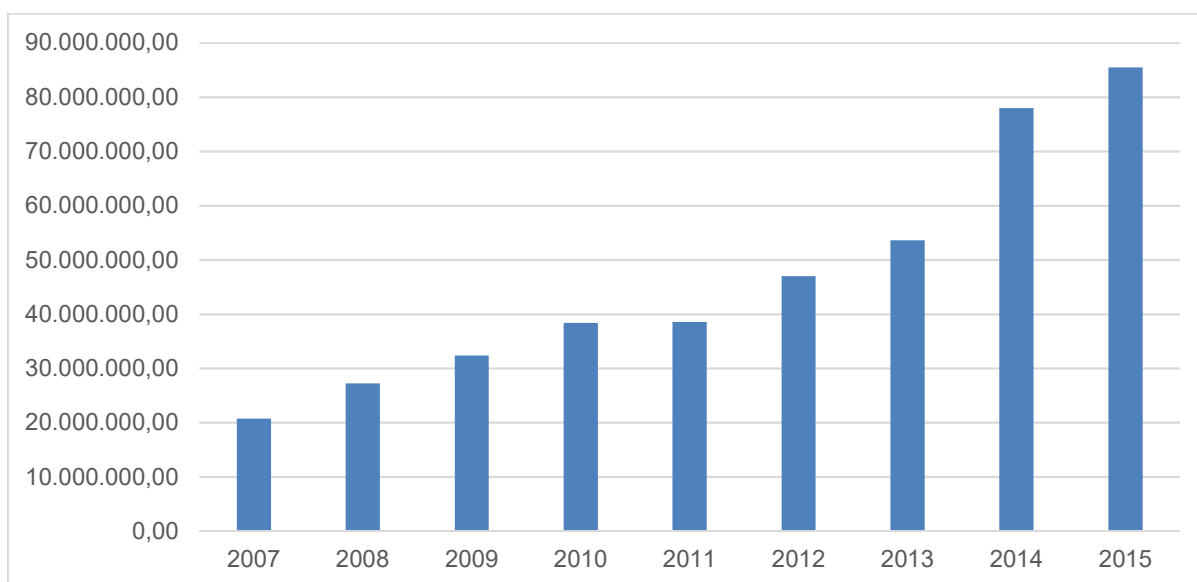


Figura 13 – Impostos Sobre Serviço de Palmas – TO

Fonte: Elaboração própria com dados da Firjan

5. CONCLUSÃO

Este estudo buscou caracterizar as políticas públicas que influenciaram na evolução das micro e pequenas empresas na cidade de Palmas – TO. Como porto de partida para a realização no mesmo foi utilizada a Lei Complementar 128/ 2008, que foi um marco para o desenvolvimento das MPE's, não só na cidade aqui estudada como também em todo o país, possibilitando grandes benefícios, os quais já foram citados anteriormente.

Através da realização da pesquisa, constatou-se que as políticas públicas têm um papel fundamental para que uma empresa se desenvolva e se mantenha no mercado. Há diversos programas de incentivo/apoio ao empreendedorismo em âmbito federal que são executados em Palmas, mas existe uma carência em relação aos oferecidos pelo governo municipal, pois são poucos.

Em Palmas, o governo estadual e municipal desenvolveu durante o período aqui estudado, programas que disponibilizaram capacitação aos cidadãos que possuíam o interesse em tornar-se empreendedor, e abriu novas linhas de microcrédito para que investissem em sua empresa. Esses programas influenciaram para que o número de empreendimentos caracterizados como MPE's crescem significativamente na cidade, como pode-se observar na demonstração dos dados obtidos.

Outro fator que influencia em tal crescimento das micro e pequenas empresas em Palmas – TO é o desemprego, onde os indivíduos vêm como uma oportunidade de trabalharem por conta própria.

Apesar dos programas para as MPE's serem poucos na cidade e importantes para elas, não foi possível descobrir a existência de um monitoramento, acompanhamento, que disponibilizasse a informação de quantas pessoas que participaram dos mesmos seguiram exercendo alguma atividade empreendedora.

Contudo chegou-se à conclusão que as políticas públicas influenciaram na evolução da MPE's em Palmas – TO de 2007 a 2015, pois antes delas os empreendedores não tinham facilidades para abrir uma empresa formal, devidos os altos custos nos processos de abertura e a falta de capacitação para exercerem suas atividades.

6. REFERÊNCIAS

BAGGIO, Adelar Francisco et. al. **Empreendedorismo: Conceitos e Definições**. REIT-IMED, 2014.

BANCO DO EMPREENDEDOR Disponível em: < <http://bem.to.gov.br/institucional/>>. Acesso em: 19 de junho de 2018

BANCO DO POVO Disponível em: < <http://www.palmas.to.gov.br/secretaria/banco-povo/>>. Acesso em: 19 de junho de 2018

BANCO DO POVO. **Banco do Povo e Caixa firmam convênio para ampliar contratação de microcrédito**. 2012. Disponível em: <<http://www.palmas.to.gov.br/secretaria/banco-povo/noticia/8610/banco-do-povo-e-caixa-firmam-convenio-para-ampliar-contratacao-de-micro-credito/>>. Acesso em 23 de agosto de 2018.

BOENTE, Alfredo. Braga. Glaucia. **Metodologia Científica Contemporânea para Universitários e Pesquisadores**. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Textos para Discussão. FGV-EESP, 2006.

BRUYNE, P. et. al. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1977. p. 29

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **RHAE**. Disponível em: <<http://cnpq.br/apresentacao-rhae/>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

CARPINTÉRO, José Newton Cabral; BACIC, Miguel Juan. **Empreendedorismo e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: WCBI, 2001.

CRUZ, Carlos Fernando. **Os motivos que dificultam a ação empreendedora conforme o ciclo de vida das organizações. Um estudo de caso: Pramp's Lanchonete**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2005.

DATASEBRAE. **O DataSebrae** Disponível em: <datasebrae.com.br>. Acesso em: 25 de junho de 2018

DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

FATTURI, Karyne Carlos. **Análise histórica do empreendedorismo: Estudo das principais características que definem um empreendedor de sucesso**. Rio de Janeiro: UEZO, 2013.

FILION, L. J. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios**. Revista de Administração - USP, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 5-28, abr./jun.1999.

FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Metodologia do Trabalho Científico**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

FREITAS, Mariana Oliveira de. **Políticas Públicas: experiências em educação, cultura, comunicação e cidadania**. Mestrado em Comunicação. Goiânia: UFG, 2009.

FAT – FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – **Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)** Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/programa-nacional-do-microcredito-produtivo-orientado-pnmpo/>>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Altas, 2008

GOMES, Almiraiva Ferraz. **O empreendedorismo como uma alavanca para o desenvolvimento local**. Revista de Administração de Empresas, 2005.

GOMES, Delson Henrique. **Gestão empresarial de micro e pequenos negócios: um modelo de Administração para as MPE's de Palmas – TO**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UNIALFA, 2011.

GOVERNO DO TOCANTINS. **Comitê Gestor do Plano Nacional da Cultura Exportadora é criado no Tocantins**. 2017. Disponível em: <<https://seden.to.gov.br/noticia/2017/11/29/comite-gestor-do-plano-nacional-da-cultura-exportadora-e-criado-no-tocantins/>>. Acesso em 23 de agosto de 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS - **Tocantins Produtivo apoia o empreendedorismo e prevê ampliação no Estado**. Disponível em: <<https://secom.to.gov.br/noticia/23751/>>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O IBGE** Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 de junho de 2018

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tocantins-Palmas-infográficos: dados gerais do município**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/to/palmas/panorama>>. Acesso em 21 de julho de 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Trajetória de luta pela criação do Tocantins** - Disponível em: <<http://seden.to.gov.br/desenvolvimento-da-cultura/tocantins---historia/j-trajetoria-de-luta-pela-criacao-do-tocantins/>>. Acesso em 15 de maio 2017.

IBMEC. **Finep – Financiadora De Estudos E Projetos**. 2014. Disponível em: <<http://ibmec.org.br/geral/finep-financiadora-de-estudos-e-projetos/>> . Acesso em: 19 de junho de 2018.

IBMEC. **Programa RHAe – Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (Pesquisador na empresa)**. 2014. Disponível em:

<http://ibmec.org.br/geral/programa-rhae-recursos-humanos-em-areas-estrategicas-pesquisador-na-empresa/>>. Acesso em: 19 de junho de 2018

INOVATIVA BRASIL Disponível em: <https://www.inovativabrasil.com.br/programa-de-aceleracao/>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **PROGEX – Programa de apoio tecnológico à exportação** Disponível em: http://www.ipt.br/solucoes/252-progex_programa_de_apoio_tecnologico_a_exportacao.htm>. Acesso em: 17 de junho de 2018.

LORGA, Marco Antônio; OPUSZKA, Paulo Ricardo. **Políticas públicas para micro e pequenas empresas no brasil: Uma vertente para novas perspectivas**. 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Cadastro Geral de Empregados**. 2015 Disponível em: trabalho.gov.br/trabalhador-caged>. Acesso em: 25 de junho de 2018

MUNIZ, Christine Naome Saito. **Atitude empreendedora e suas dimensões: Um estudo em micro e pequenas empresas**. Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Administração. Brasília: UNB, 2008.

NEVES, Ricardo et al. **A Importância das Micro e Pequenas Empresas No Desenvolvimento do Estado do Tocantins**. UNIDEF publicado por FIETO, 2013.

NETO, João Pedro Krutsch. **O papel do empreendedor na economia**. Florianópolis: UFSC, 2002.

OLIVEIRA, Fabiana Moraes de. **Empreendedorismo: teoria e prática**. IPOG – Revista Espealize On Line, 2012.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Curitiba: Revista da FAE. 2002.

OLIVEIRA, Isaac Gezer Silva de; CARDOSO, Sâmela Pedrada. **Empreendedorismo e suas implicações na inovação e desenvolvimento: Uma análise multivariada com indicadores socioeconômicos**. Santa Catarina: Congresso de Contabilidade, 2015.

OLIVEIRA, M.A. **Valeu!: Passos na Trajetória de um Empreendedor**. São Paulo: Nobel, 1995.

PAIVA, Dênis Mateus de. et al. **Programa Microempreendedor Individual: Uma Alternativa Para Redução Do Emprego Informal**. Ponta Grossa: Publicatio UEPG, 2013.

PALMAS TOCANTINS. Decreto nº 140, de 4 de junho de 2010.

PETERS, P.P.; HISRISH, R.D. **Empreendedorismo**. 5ª Edição. São Paulo: Bookman, 2002.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Sobre o Portal** Disponível em: <www.portaldoempreendedor.gov.br>. Acesso em: 25 de junho de 2018.

PROGRAMAS DO GOVERNO. **MEI – Microempreendedor individual**. Disponível em: <<https://www.programadogoverno.org/category/mei-microempreendedor-individual/>>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

RUBIO, Vitor Anderson. **A Lei do Microempreendedor Individual - MEI e seus reflexos**. 2009. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br>>. Acesso em: 13 de setembro 2017.

SANTOS, Carla Rodrigues dos. **Um novo conceito de desenvolvimento econômico: um estudo comparativo entre Brasil e China**. Araraquara: UNESP, 2011.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de apoios às micro e pequenas empresas. **Sobrevivência das empresas no brasil: coleção estudos e pesquisas**. 2013.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de apoios às micro e pequenas empresas. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. 2014.

SEBRAE/MG. Serviço Brasileiro de apoios às micro e pequenas empresas. **Políticas Públicas: Conceitos e Práticas**. Minas Gerais: 2008.

SEDEM – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Emprego. **Sedem realiza Exposição dos Empreendimentos da Economia Solidária do Desenvolve Palmas**. Disponível em: <<http://www.palmas.to.gov.br/secretaria/desenvolvimento-economico/noticia/1507662/sedem-realiza-exposicao-dos-empreendimentos-da-economia-solidaria-do-desenvolve-palmas/>>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

SEDEM – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Emprego. **Programa Jovem Empreendedor**. 2014. Disponível em: <<http://www.palmas.to.gov.br/secretaria/desenvolvimento-economico/noticia/1497475/programa-jovem-empreendedor-inscreve-ate-sabado-02/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

SILVA, Valéria Cristina Pereira da. **Palmas, a última capital projetada do século XX uma cidade em busca do tempo**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SILVEIRA, Jane Paula, et al. **Política pública para formalização do microempreendedor individual (lei 128/2008): considerações sobre sua formulação, implementação e efeitos**. Goiânia: Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer, 2014.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Porto Alegre: 2006.

SOUZA, Eda Castro Lucas de; LOPEZ JÚNIOR, Gumersindo Sueiro. **Empreendedorismo e Desenvolvimento: uma relação em aberto**. Recife: IV EGEPE, 2010.

START-UP BRASIL Disponível em:
<http://www.startupbrasil.org.br/sobre_programa/>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Bahia: AATR-BA, 2002.

VIEIRA, Edson Trajano, et al. **Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica**. Taubaté – SP: G&DR, 2012.